

Modelo de Governo

Mandato 2018-2020

Cargo	Órgãos Sociais	Eleição
Mesa da Assembleia Geral		
Presidente	José António Ferreira de Barros	25-jan-16
Vice-Presidente	Maria Teresa Vasconcelos Abreu Flor Morais	25-jan-16
Secretário	Carlos Maria Rocha Pinheiro Torres	25-jan-16
Conselho de Administração		
Presidente Executivo	Paulo de Azevedo Pereira da Silva	15-jan-18
Vogal Executivo	Ângelo Augusto Santos Oliveira	01-jan-18
Vogal Executivo	Isabel Maria de Oliveira Botelho Moniz da Cruz Vilaça	01-jan-18
Vogal Não Executivo	Paula Cristina David Vaz Ribeiro Ramos	01-jan-18
Vogal Não Executivo	Avelino José Pinto de Oliveira	01-jan-18
Conselho Fiscal		
Presidente	Pedro Romano Martinez	25-jan-16
Vogal Efetivo	Ana Alexandra Filipe Freitas	25-jan-16
Vogal Efetivo	Paulo Jorge Rodrigues Mateus	25-jan-16
Vogal Suplente	Dino Jorge Ramos Santos	25-jan-16
Revisor Oficial de Contas		
	Baker Tilly, PG & Associados, SROC, S.A.	30-mai-16
	Representada pelo sócio Fernando Manuel de Sousa Pires de Matos, ROC nº 757	(*)

(*) O Revisor Oficial de Contas apresentou a renúncia ao cargo através de carta datada de 30 de agosto de 2018.

Pela Deliberação Social Unânime por Escrito, de 29 de dezembro de 2017, de acordo com a vontade expressa pelo acionista Estado Português, tomada ao abrigo da primeira parte do nº 1 do artigo 54º do Código das Sociedades Comerciais, foi procedido à dissolução por mera conveniência, do conselho de administração da sociedade, cujos membros foram eleitos para exercer funções no mandato 2016-2018, nos termos do disposto no artigo 26º do Estatuto do Gestor Público, e da alínea b) do nº 2 do artigo 8º dos Estatutos da STCP, S.A.. A deliberação produziu efeitos a 31 de dezembro de 2017.

A eleição do conselho de administração para o mandato 2018-2020 foi efetuada ao abrigo da primeira parte do nº 1 do artigo 54º do Código das Sociedades Comerciais, pela Deliberação Social Unânime Por Escrito, de 29 de dezembro de 2017, com efeitos a 1 de janeiro de 2018, e pela Deliberação Social Unânime Por Escrito de 12 de janeiro de 2018.

Mandato 2016/2018

Cargo	Órgãos Sociais	Eleição	Mandato
Mesa da Assembleia Geral			
Presidente	José António Ferreira de Barros	25-01-2016	3 anos
Vice-Presidente	Maria Teresa Vasconcelos Abreu Flor Morais	25-01-2016	3 anos
Secretário	Carlos Maria Rocha Pinheiro Torres	25-01-2016	3 anos
Conselho de Administração			
Presidente Não Executivo	Jorge Moreno Delgado	25-01-2016	3 anos
Vogal Executivo	Tiago Filipe da Costa Braga	25-01-2016	3 anos
Vogal Executivo	Pedro José Ferreira Morais	25-01-2016	3 anos
Vogal Não Executivo	Helena Sofia da Silva Borges Salgado Fonseca Cerveira Pinto	24-02-2016	3 anos
Conselho Fiscal			
Presidente	Pedro Romano Martinez	25-01-2016	3 anos
Vogal Efetivo	Ana Alexandra Filipe Freitas	25-01-2016	3 anos
Vogal Efetivo	Paulo Jorge Rodrigues Mateus	25-01-2016	3 anos
Vogal Suplente	Dino Jorge Ramos Santos	25-01-2016	3 anos
Revisor Oficial de Contas			
	Baker Tilly, PG & Associados, SROC, S.A.	30-05-2016	3 anos
	Representada pelo sócio Fernando Manuel de Sousa Pires de Matos, ROC nº 757		

O membro do conselho de administração, Eng.º Tiago Filipe da Costa Braga, renunciou ao cargo, com efeitos a 29 de dezembro de 2017, inclusive.

Os Órgãos Sociais, Mesa da Assembleia Geral, Conselho de Administração e Conselho Fiscal, do mandato 2016-2018, foram designados através das Deliberações Sociais Unânicas Por Escrito, de 25 de janeiro e de 24 de fevereiro de 2016, tomadas ao abrigo da primeira parte do nº 1 do artigo 54º do Código das Sociedades Comerciais.

Na Assembleia-Geral da STCP, de 30 de maio de 2016, foi aprovada a proposta do Conselho Fiscal, de nomeação para Revisor Oficial de Contas da Sociedade a Baker Tilly, PG & Associados, SROC, S.A., representada pelo sócio Fernando Manuel de Sousa Pires de Matos, para o mandato correspondente ao triénio 2016 – 2018.

Mandato 2012/2014

Cargo	Órgãos Sociais	Eleição
Mesa da Assembleia Geral		
Presidente	José António Ferreira de Barros	06-06-2014
Vice-Presidente	Maria Teresa Vasconcelos Abreu Flor Morais	06-06-2014
Secretário	Carlos Maria Rocha Pinheiro Torres	06-06-2014
Conselho de Administração		
Presidente Não Executivo	João Velez Carvalho	10-08-2012
Vogal Executivo	André da Costa Figueiredo e Silva Sequeira	29-06-2012
Vogal Executivo	Alfredo César Vasconcellos Navio	29-06-2012
Vogal Não Executivo	António José Lopes	10-08-2012
Conselho Fiscal		
Presidente	Pedro Romano Martinez	06-06-2014
Vogal Efetivo	Ana Alexandra Filipe Freitas	06-06-2014
Vogal Efetivo	Paulo Jorge Rodrigues Mateus	06-06-2014
Vogal Suplente	Dino Jorge Ramos Santos	06-06-2014
Revisor Oficial de Contas		
	António Magalhães & Carlos Santos, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas Representada por Carlos Alberto Freitas dos Santos, ROC nº 177	09-09-2009

Os membros dos órgãos sociais eleitos para o triénio 2012 – 2014 encontravam-se em regime de gestão, desde final de 2014.

Estatuto remuneratório fixado

Para efeitos de fixação das remunerações dos órgãos sociais, à empresa STCP, S.A. foi atribuída a classificação C pela Resolução do Conselho de Ministros nº 36/2012, de 26 de março, alterada pelas Resoluções do Conselho de Ministros nºs 97/2012, de 21 de novembro, 45/2013, de 19 de julho, e 48/2013, de 29 de julho.

Mandato 2016/2018

Conselho de Administração

A Deliberação Social Unânime Por Escrito de 29 de dezembro de 2017, fixou as remunerações dos membros do Conselho de Administração nos termos do Estatuto do Gestor Público (EGP), aprovado pelo Decreto-Lei nº 71/2007, de 27 de março, na redação dada pelo Decreto-Lei nº 8/2012, de 18 de janeiro, em:

Presidente: Valor mensal líquido: € 4.578,20, pago 14 vezes por ano, acrescido de 40% a título de abono mensal para despesas de representação, no montante de € 1.831,28, pago 12 vezes por ano.

Vogais executivos: Valor mensal líquido: € 3.662,56, pago 14 vezes por ano, acrescido de 40% a título de abono mensal para despesas de representação, no montante de € 1.465,02, pago 12 vezes por ano.

Vogais não executivos: Valor mensal líquido: € 915,64, pago 14 vezes por ano.

Os membros do Conselho de Administração auferem ainda as seguintes regalias ou benefícios remuneratórios:

Benefícios sociais de aplicação generalizada a todos os trabalhadores da empresa, com exceção dos respeitantes a planos complementares de reforma, aposentação, sobrevivência ou invalidez, nos termos do artigo 34.º da EGP;

O valor mensal de combustível e portagens afeto às viaturas de serviço é de um quarto do valor do abono mensal para despesas de representação fixadas, nos termos definidos no n.º 3 do artigo 33.º da EGP;

Abono para despesas com comunicações, onde se inclui o telefone móvel, o telefone domiciliário e a internet, cujo valor máximo global mensal não pode exceder € 80,00, nos termos do disposto nos n.ºs 3 e 4 do artigo 32.º da EGP;

A atribuição do subsídio de refeição nas condições previstas no artigo 20.º da Lei n.º 42/2016, de 28 de dezembro;

Não é permitida:

A utilização de cartões de crédito e outros instrumentos de pagamento, tendo por objeto a realização de despesas ao serviço da empresa, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 32.º da EGP; e

O reembolso de quaisquer despesas que possam ser consideradas como despesas de representação pessoal nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 32.º do Estatuto do Gestor Público.

Mandato 2016/2018

1. Mesa da Assembleia Geral

A Deliberação Social Unânime Por Escrito, de 25 de janeiro de 2016, fixou para os membros da Mesa da Assembleia Geral, os seguintes valores para as senhas de presença:

Presidente: valor ilíquido de 500,00 €.

Vice-Presidente: valor ilíquido de 425,00 €.

Secretário: valor ilíquido de 350,00 €.

Foi determinado que aos valores ilíquidos fixados, sejam aplicadas as reduções e reversões remuneratórias legalmente aplicáveis. São aplicáveis ainda a todas estas remunerações outras disposições que vierem a ser legalmente determinadas.

2. Conselho de Administração

As Deliberações Sociais Unânicas Por Escrito de 25 de janeiro e de 24 de fevereiro de 2016, fixaram as remunerações dos membros do Conselho de Administração nos termos do Estatuto do Gestor Público, aprovado pelo Decreto-Lei nº 71/2007, de 27 de março, na redação dada pelo Decreto-Lei nº 8/2012, de 18 de janeiro, em:

Presidente não Executivo: valor ilíquido de 1.144,55 €, pago 14 vezes por ano.

O Presidente não Executivo não auferirá qualquer remuneração em virtude de ser remunerado na sociedade Metro do Porto, S.A., enquanto Presidente executivo.

Vogal Executivo: valor ilíquido de 3.662,56 €, pago 14 vezes por ano, a que acresce um abono mensal de despesas de representação no valor de 1.465,02 €, pago 12 vezes por ano.

Vogal não Executivo: valor ilíquido de 915,64 €, pago 14 vezes por ano.

De acordo com o previsto no nº 3 do artigo 32º do Estatuto do Gestor Público, aprovado pelo Decreto-Lei nº 71/2017, de 27 de março, na redação dada pelo Decreto-Lei nº 8/2012, de 18 de janeiro, e tomando por base o deliberado no ponto 8 da ata da Assembleia Geral nº 56, de 18 de junho de 2013, o valor máximo global mensal para despesas com comunicações onde se inclui o telefone móvel, o domiciliário e a internet, dos elementos do Conselho de Administração, não pode exceder 80,00 €.

Nos termos do disposto no número 3 do artigo 33º do Estatuto do Gestor Público, aprovado pelo Decreto-Lei nº 71/2017, de 27 de março, na redação dada pelo Decreto-Lei nº 8/2012, de 18 de janeiro, o valor máximo de combustível e portagens afeto mensalmente às viaturas de serviço é fixado em um quarto do valor do abono mensal para despesas de representação.

Não é permitida:

- A utilização de cartões de crédito e outros instrumentos de pagamento, tendo por objeto a realização de despesas ao serviço da empresa, nos termos do disposto no nº 1 do artigo 32º do Estatuto do Gestor Público; e
- O reembolso de quaisquer despesas que possam ser consideradas como despesas de representação pessoal nos termos do disposto no nº 2 do artigo 32º do Estatuto do Gestor Público.

Foi determinado que aos valores ilíquidos fixados, sejam aplicadas as reduções e reversões remuneratórias legalmente aplicáveis. São aplicáveis ainda a todas estas remunerações outras disposições que vierem a ser legalmente determinadas.

3. Conselho Fiscal

A Deliberação Social Unânime Por Escrito, de 25 de janeiro de 2016, fixou para os membros do Conselho Fiscal, o seguinte estatuto remuneratório:

Presidente: valor líquido de 1.281,90 €, pago 14 vezes por ano.

Vogais: valor líquido de 961,42 €, pago 14 vezes por ano.

Foi determinado que aos valores líquidos fixados, sejam aplicadas as reduções e reversões remuneratórias legalmente aplicáveis. São aplicáveis ainda a todas estas remunerações outras disposições que vierem a ser legalmente determinadas.

4. Revisor Oficial de Contas (ROC)

A Deliberação Social Unânime Por Escrito, de 30 de novembro de 2016, deliberou o seguinte:

1. A remuneração anual líquida do ROC será a constante de contrato de prestação de serviços a celebrar entre a STCP e o ROC, com o limite máximo equivalente a 22,5% da quantia correspondente a doze meses da remuneração global líquida atribuída, nos termos legais, ao Presidente do Conselho de Administração da empresa classificada como C.
2. Por aplicação ao artigo 101º do Decreto-Lei nº 18/2016, de 13 de abril, que promulgou os efeitos do Programa de Assistência Económica e Financeira, da aplicação dos valores constantes do ponto imediatamente anterior não pode resultar num aumento dos valores das remunerações auferidas pelo ROC, tendo por referência os montantes atribuídos à data da entrada em vigor das Resoluções de Conselhos de Ministros nºs 16/2012 e 18/2012.
3. Ao valor mensal determinado aplicam-se as reduções remuneratórias legalmente vigentes e eventuais outras disposições que venham a ser aprovadas.
4. Ao valor da prestação de serviços, pago doze meses por ano, acresce o IVA, à taxa legal em vigor.
5. Deverão ser reembolsadas pela entidade, ao ROC, as despesas de transporte e alojamento, bem como quaisquer outras realizadas no exercício das suas funções.

O Conselho de Administração aprovou na sua reunião de 5 de dezembro, ata nº 40/16, o valor mensal a pagar, em doze meses por ano, à Sociedade Baker Tilly, PG & Associados, SROC, S.A. para a elaboração da certificação legal das contas individuais, de € 1.442,13 (mil quatrocentos e quarenta e dois euros e treze cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor. O valor aprovado está sujeito ao consagrado na Deliberação Social Unânime Por Escrito, de 30 de novembro de 2016

Mandato 2012/2014

1. Mesa da Assembleia Geral

Por Deliberação Social Unânime Por Escrito, de 6 de junho de 2014, foram fixadas as remunerações dos membros da Mesa da Assembleia Geral em:

Presidente: senha de presença no valor de 500,00 €.

Vice-Presidente: senha de presença no valor de 425,00 €.

Secretário: senha de presença no valor de 350,00 €.

A estes valores será aplicada a redução remuneratória prevista no artigo 33º da Lei nº 83-C/2013, de 31 de dezembro. Determina-se que, nos termos do disposto no nº 21 da RCM nº 16/2012, de 14 de fevereiro, e no nº 3 da RCM nº 36/2012, de 26 de março, durante a vigência do PAEF, as remunerações a auferir efetivamente pelos membros eleitos não podem exceder os montantes

atribuídos à data de 1 de março de 2012, data da entrada em vigor da RCM nº 16/2012, de 14 de fevereiro. Aplica-se a todas estas remunerações outras disposições que vierem a ser legalmente determinadas.

2. Conselho de Administração

Por Deliberação Social Unânime Por Escrito, de 29 de junho de 2012, foram fixadas as remunerações dos membros do Conselho de Administração nos termos do Estatuto de Gestor Público, na redação dada pelo DL nº 8/2012, de 18 de janeiro, da RCM nº 16/2012, de 14 de fevereiro, e da RCM nº 36, de 26 de março, em:

Vogais Executivos - valor líquido: 3.662,56 €, acrescido de 40% a título de despesas de representação, no montante de 1.465,02 €.

A estes valores líquidos serão aplicadas as reduções de 5% e 10%, respetivamente, nos termos do artigo 12º da Lei nº 12-A/2010 e do artigo 19º, nº1, alínea c) e nº 9, alínea c) da Lei nº 55-A/2010, pelo que os valores serão:

Vogais Executivos - valor líquido: 3.131,49 €, acrescido de 40% a título de despesas de representação, no montante de 1.252,60 €.

A estas remunerações serão aplicadas outras reduções que vierem legalmente a ser determinadas. Em cumprimento do preceituado no nº 1 do artigo 21º e no artigo 29º da Lei do OE/2012, durante a vigência do Programa de Assistência Económica e Financeira - PAEF, não há lugar à atribuição de subsídios de férias e de natal, nem de remunerações variáveis de desempenho.

Por Deliberação Social Unânime Por Escrito, de 10 de agosto de 2012, foi fixada as remunerações dos membros do Conselho de Administração nos termos do Estatuto de Gestor Público, na redação dada pelo DL nº 8/2012, de 18 de janeiro, da RCM nº 16/2012, de 14 de fevereiro, e da RCM nº 36, de 26 de março, em:

Presidente não executivo - valor líquido: de 1.144,55 €.

Vogal Não executivo - valor líquido: de 915,64 €.

Porém, os membros agora eleitos não auferem qualquer remuneração em virtude de serem remunerados na Metro do Porto, S.A., enquanto administradores executivos.

Determina que aos valores líquidos sejam aplicadas as reduções de 5% e 10%, respetivamente, nos termos do artigo 12º da Lei nº 12-A/2010, de 30 de junho, e do artigo 19º, nº1, alínea c) e nº 9, alínea q) da Lei nº 55-A/2010, de 31 de dezembro e da Lei nº 64-B/2011, de 30 de dezembro, ou outras reduções que venham legalmente a ser estabelecidas.

Em cumprimento do preceituado no nº 1 do artigo 21º e no artigo 29º da Lei nº 64-B/2011, de 30 de dezembro, durante a vigência do PAEF, não há lugar à atribuição de subsídios de férias e de natal, nem de remunerações variáveis de desempenho.

Na Assembleia-Geral da STCP, realizada a 18 de junho de 2013, sobre política de remunerações dos Órgãos Sociais da STCP, foi deliberado o seguinte:

- Ponto quinto - "(...) Em cumprimento do preceituado no artigo 37º da Lei nº 66-B/2012, de 31 de dezembro, declara-se que, durante a vigência do PAEF, não haverá lugar a atribuição de prémios de gestão. O pagamento do subsídio de férias será efetuado nos moldes que vierem a ser definidos no orçamento retificativo e o subsídio de natal é pago mensalmente, por duodécimos. As remunerações a auferir efetivamente pelos membros do Conselho de

Administração não podem exceder os montantes atribuídos à data de 01-03-2012, data de entrada em vigor da RCM nº 16/2012.”

- Ponto oitavo - “(...) Os membros executivos do Conselho de Administração auferem as seguintes regalias ou benefícios remuneratórios:

- Benefícios sociais de aplicação generalizada a todos os trabalhadores da empresa;
- O valor mensal de combustível e portagens afeto às viaturas de serviço é de um quarto do valor do abono mensal para despesas de representação fixadas, nos termos definidos no nº 3 do artigo 33º da EGP;
- Abono para despesas com comunicações, onde se inclui o telefone móvel, o telefone domiciliário e a internet, cujo valor máximo global mensal não pode exceder € 80,00, nos termos do disposto nos nºs 3 e 4 do artigo 32º da EGP.

Não é permitida:

- A atribuição de subsídio de refeição de valor superior ao fixado na Portaria nº 1553-D/2008, de 31 de dezembro, alterada pela Portaria nº 1458/2009, de 31 de dezembro, conforme o previsto no nº 1 do artigo 39º da Lei nº 66-B/2012, de 31 de dezembro;
- A utilização de cartões de crédito e outros instrumentos de pagamento, tendo por objeto a realização de despesas ao serviço da empresa, nos termos do disposto no nº 1 do artigo 32º do EGP;
- O reembolso de quaisquer despesas que possam ser consideradas como despesas de representação pessoal nos termos do disposto no nº 2 do artigo 32º do EGP.”

Foi ainda deliberado na Assembleia-Geral da STCP, realizada a 27 de maio de 2014, ponto sexto da ordem dos trabalhos, em cumprimento do disposto no artigo 2º da Lei nº 28/2009, de 19 de junho, o seguinte:

“(…) As remunerações dos membros dos órgãos sociais das empresas públicas devem ser fixadas em função da complexidade, exigência e responsabilidade inerentes às respetivas funções e atendendo às práticas normais no respetivo setor de atividade, tendo em conta igualmente os princípios e orientações estabelecidos pelo acionista e a situação do mercado. Face à atual situação económica e financeira nacional, torna-se necessária a definição de uma política de remuneração dos gestores públicos consistente com a eficiente gestão dos riscos, de modo coerente com a natureza da atividade e estratégia de negócio da empresa, promovendo o seu crescimento sustentado. Assim, assume particular relevo a necessidade de adotar um regime remuneratório que traduza uma efetiva moderação salarial, ajustada às especificidades da empresa, devendo, igualmente, ser assegurada a total transparência no que se refere à definição das políticas remuneratórias e à sua aplicação efetiva. (...) No contexto da vigência do PAEF a Portugal, foram, pelo Decreto-Lei nº 8/2012, de 18 de janeiro, objeto da Declaração de Retificação nº 2/2012, de 25 de janeiro, introduzidas alterações ao Decreto-Lei nº 71/2007, de 27 de março, que aprovou o Estatuto do Gestor Público, bem como foi aprovada a RCM nº 16/2012, publicada no D.R. 1ª série, de 14 de fevereiro, a qual procede à definição de categorias e critérios objetivos para a fixação do vencimento mensal dos gestores públicos, tendo por referência o limite do vencimento mensal do Primeiro-Ministro, que atribui a classificação C à STCP, S.A.. Assim, a remuneração dos gestores da STCP, S.A. será apurada de acordo com a metodologia definida na RCM nº 16/2012, publicada no D.R. 1ª série, de 14 de fevereiro, sem prejuízo da aplicação das reduções remuneratórias previstas no artigo 12º da Lei nº 12-A/2010, de 30 de junho, e no nº 1 e alínea o) do nº 9 ambos do artigo 33º da Lei nº 83-C/2013, de 31 de

dezembro (LOE 2014), bem como de outras reduções remuneratórias que venham a ser legalmente definidas. Não há lugar à atribuição de prémios de gestão aos membros do Conselho de Administração, conforme disposto no artigo 41º da LOE 2014, e o subsídio de Natal é pago mensalmente, por duodécimos, nos termos do artigo 35º da LOE 2014 (...)"

A partir do mês de junho de 2014, no seguimento do Acórdão do Tribunal Constitucional nº 413/2014 que declarou, entre outros, a inconstitucionalidade com força obrigatória do artigo 33º da Lei 83-C/2013 de 31 de dezembro, foi procedido ao pagamento dos salários, duodécimos do subsídio de natal e subsídio de férias sem redução remuneratória.

No mês de setembro de 2014 foi aplicado o regime previsto na Lei nº 75/2014, de 12 de setembro, com efeitos a partir daquela data.

3. Conselho Fiscal

Por Deliberação Social Unânime Por Escrito, de 6 de junho de 2014, foram fixadas as remunerações dos membros do Conselho Fiscal em:

Presidente: valor mensal líquido de 1.281,90 €, pago 14 vezes por ano;

Vogais: valor mensal líquido de 961.42 €, pago 14 vezes por ano;

A estes valores será aplicada a redução remuneratória prevista no artigo 33º da Lei nº 83-C/2013, de 31 de dezembro e o pagamento do subsídio de natal será efetuado por duodécimos, nos termos do artigo 35º da mesma Lei, sem prejuízo de aplicação de eventuais disposições legais que vierem a ser determinadas.

Determina-se que, nos termos do disposto no nº 21 da RCM nº 16/2012, de 14 de fevereiro, e no nº 3 da RCM nº 36/2012, de 26 de março, durante a vigência do PAEF, as remunerações a auferir efetivamente pelos membros eleitos não podem exceder os montantes atribuídos à data de 1 de março de 2012, data da entrada em vigor da RCM nº 16/2012, de 14 de fevereiro. Aplica-se a todas estas remunerações outras disposições que vierem a ser legalmente determinadas.

A partir do mês de junho de 2014, no seguimento do Acórdão do Tribunal Constitucional nº 413/2014 que declarou, entre outros, a inconstitucionalidade com força obrigatória do artigo 33º da Lei nº 83-C/2013 de 31 de dezembro, foi procedido ao pagamento dos salários, duodécimos do subsídio de natal e subsídio de férias sem redução remuneratória. No mês de setembro de 2014 foi aplicado o regime previsto na Lei nº 75/2014, de 12 de setembro, com efeitos a partir daquela data.

À remuneração atribuída ao Conselho Fiscal, estabelecida de acordo com os critérios fixados pelo Despacho 764/SETF/2012, de 4 de maio, é aplicada a redução remuneratória vigente, bem como outras que venham a ser legalmente determinadas.

Revisor Oficial de Contas

Por Deliberação Social Unânime Por Escrito tomada pelo acionista Estado, em 9 de setembro de 2009, sob proposta do Conselho Fiscal, foi eleito como Revisor Oficial de Contas da STCP, S.A. para o triénio 2009/2011, a Sociedade António Magalhães & Carlos Santos, S.R.O.C., representada pelo Dr. Carlos Alberto Freitas dos Santos, ainda em funções.

A remuneração do Revisor Oficial de Contas (ROC) ficou fixada em quinze mil e seiscentos euros de honorários, a pagar em duodécimos mensais de mil e trezentos euros, tendo-se procedido à formalização do respetivo contrato.

A remuneração do ROC está sujeita às reduções e reversões estabelecidas pela legislação aplicável.

Remunerações e outras regalias

1. Mesa da Assembleia Geral

Remunerações 2017

Mandato (Início - Fim)	Cargo	Nome	Valor da Senha Fixado (€)	Valor Bruto Auferido(€)
2016 -2018	Presidente	José António Ferreira de Barros	500	1.000
2016 -2018	Vice-Presidente	Maria Teresa Vasconcelos Abreu Flor Morais	425	850
2016 -2018	Secretário	Carlos Maria Pinheiro Torres (*)	350	334
			1.275	2.184

(*) O valor da senha fixado não coincide com o valor bruto, de acordo com o nº 21 da RCM nº 16/2012 .

Remunerações 2016

Mandato (Início - Fim)	Cargo	Nome	Valor da Senha Fixado (€)	Remuneração Anual 2016 (€)			Valor Final (4) = (1)-(2)+(3)
				Bruto (1)	Reduções Remuneratórias (2)	Reversão Remuneratória (3)	
2016 -2018	Presidente	José António Ferreira de Barros	500	500	40	20	480
2016 -2018	Vice-Presidente	Maria Teresa Vasconcelos Abreu Flor Morais	425	425	34	17	408
2016 -2018	Secretário	Carlos Maria Pinheiro Torres (*)	350	334	27	13	321
			1.275	1.259	101	50	1.209

(*) O valor da senha fixado não coincide com o valor bruto, pois por Despacho nº 1212/15-SET, de 4 de agosto de 2015, as remunerações não podem exceder os montantes atribuídos à data de 1 de março de 2012, de acordo com o nº 21 da RCM nº 16/2012 , o nº 3 da RCM nº 36/2012 e o nº1 do artº 101 do DL 18/2016.

Remunerações 2015

Mandato (Início - Fim)	Cargo	Nome	Valor da Senha Fixado (€)	Remuneração Anual 2015 (€)			Valor Final (4) = (1)- (2)+(3)
				Bruto (1)	Reduções Remuneratórias (2)	Reversão Remuneratória (3)	
2012-2014	Presidente	José António Ferreira de Barros	500	500	0	0	500
2012-2014	Vice-Presidente	Maria Teresa Vasconcelos Abreu Flor Morais	425	425	0	0	425
2012-2014	Secretário	Carlos Maria Pinheiro Torres (*)	350	334	0	0	334

(*) O valor da senha fixado não coincide com o valor bruto, pois por Despacho nº 1212/15-SET, de 4 de agosto de 2015, as remunerações não podem exceder os montantes atribuídos à data de 1 de março de 2012, de acordo com o nº 21 da RCM nº 16/2012 e o nº 3 da RCM nº 36/2012.

2. Conselho de Administração

Remunerações 2017

Mandato (Início - Fim)	Cargo	Nome	Designação	
			Forma (1)	Data
2016-2018	Presidente Não Executivo	Jorge Moreno Delgado	Deliberação Social Unânime por Escrito	25-jan-16
2016-2018	Vogal Executivo	Tiago Filipe da Costa Braga	Deliberação Social Unânime por Escrito	25-jan-16
2016-2018	Vogal Executivo	Pedro José Ferreira Morais	Deliberação Social Unânime por Escrito	25-jan-16
2016-2018	Vogal Não Executivo	Helena Sofia da Silva Borges Salgado Fonseca Cerveira Pinto	Deliberação Social Unânime por Escrito	24-fev-16

Membro do CA	Acumulação de Funções		
	Entidade	Função	Regime
Jorge Moreno Delgado	Metro do Porto, S.A	Presidente Executivo do Conselho de Administração	Privado
	Metro do Porto, S.A	Presidente da Comissão Executiva	Privado
	TIP - Transportes Intermodais do Porto, ACE	Presidente do Conselho de Administração	Privado
Tiago Filipe da Costa Braga	Metro do Porto, S.A	Administrador não Executivo do Conselho de Administração	Privado
	OPT - Optimização e Planeamento de Transportes, S.A.	Vogal Conselho de Administração	Privado
	TRANSPUBLICIDADE - Publicidade em Transportes, S.A.	Vogal Conselho de Administração	Privado
Pedro José Ferreira Morais	TIP - Transportes Intermodais do Porto, ACE	Vogal Conselho de Administração	Privado
	STCP SERVIÇOS - Transportes Urbanos, Consultoria e Participações, Unipessoal, Lda.	Gerente	Privado
Helena Sofia da Silva Borges Salgado Fonseca Cerveira Pinto	GIMPA Business School (Ghana Institute of Management and Public Administration)	Membro do Conselho Consultivo	Privado
	Universidade Católica Portuguesa	Diretora da Católica Porto Business School	Privado

Membro do CA	Estatuto do Gestor Público			
	Fixado	Classificação	Remuneração mensal bruta (€)	
			Vencimento mensal	Despesas Representação
Jorge Moreno Delgado [1]	Sim	C	1.145	0
Tiago Filipe da Costa Braga	Sim	C	3.663	1.465
Pedro José Ferreira Morais	Sim	C	3.663	1.465
Helena Sofia da Silva Borges Salgado Fonseca Cerveira Pinto	Sim	C	916	0

[1] Não auferiu qualquer remuneração em virtude de ser remunerado na Metro do Porto, S.A., enquanto Presidente Executivo.

Membro do CA	Remuneração Anual (€)				
	Fixa (1)	Variável (2)	Valor Bruto (3)= (1)+(2)	Reduções Remuneratórias (4)	Valor Bruto Final (5) =(3)-(4)
Tiago Filipe da Costa Braga	68.856	0	68.856	3.443	65.413
Pedro José Ferreira Morais	68.856	0	68.856	3.443	65.413
Helena Sofia da Silva Borges Salgado Fonseca Cerveira Pinto	12.819	0	12.819	641	12.178
			150.531	7.527	143.005

(1) O valor da remuneração fixa corresponde ao vencimento + despesas de representação (sem reduções).

(4) Redução prevista no artigo 12º da Lei nº 12-A/2010, de 30 de junho.

No ano de 2017 os vogais do Conselho de Administração Tiago Filipe da Costa Braga, Pedro José Ferreira Morais e Helena Sofia da Silva Borges Salgado Fonseca Cerveira Pinto receberam adicionalmente os montantes de € 9.331, € 49.503 e € 12.178 respetivamente, por cessação antecipada de contrato, ao abrigo do artigo 26º do Estatuto do Gestor Público, aprovado pelo Decreto-Lei nº 71/2007, de 27 de março, na sua atual redação e da alínea b) do nº 2 do artigo 8º dos Estatutos da STCP.

Membro do CA	Benefícios Sociais (€)							
	Subsídio de Refeição		Regime de Proteção Social		Encargo Anual Seguro de Saúde	Encargo Anual Seguro de Vida	Encargo Anual Seguro de Acidentes Pessoais	Subsídio Infantilário
	Valor /Dia (1)	montante pago ano	Identificar	Encargo Anual				
Jorge Moreno Delgado	0	0		0	0	0	284	
Tiago Filipe da Costa Braga	4,52/4,77	1.161	Segurança social	18.672	0	0	284	
Pedro José Ferreira Morais	4,52/4,77	1.130	Segurança social	28.257	0	0	284	605
Helena Sofia da Silva Borges Salgado Fonseca Cerveira Pinto	0	0	Segurança social	5.785	0	0	284	
		2.291		52.714	0	0	1.135	605

(1) Valor dia 4,52 euros até julho, inclusive. De agosto a dezembro, de acordo com o OE17, foi alterado para 4,77 euros dia.

Membro do CA	Encargos com Viaturas								
	Viatura atribuída	Celebração de contrato	Valor de referência da viatura (€)	Modalidade	Ano Início	Ano Termo	Valor da Renda Mensal (€)	Gasto Anual com Rendas (€)	Prestações Contratuais Remanescentes (Nº)
Tiago Filipe da Costa Braga	Sim	Sim	34.716	ALD	2016	2020	537	6.441	32
Pedro José Ferreira Morais	Sim	Sim	32.683	ALD	2016	2018	777	9.013	3
Helena Sofia da Silva Borges Salgado Fonseca Cerveira Pinto	Não	Não	-	-	-	-	-	-	-

Membro do CA	Gastos anuais associados a Deslocações em Serviço (€)					
	Deslocações em Serviço	Custo com Alojamento	Ajudas de custo	Outras		Gasto total com viagens (Σ)
				Identificar	Valor	
Jorge Moreno Delgado	174	95	0		0	269
Tiago Filipe da Costa Braga	460	222	261		0	943
Pedro José Ferreira Morais	1.442	1.135	830		0	3.407
Helena Sofia da Silva Borges Salgado Fonseca Cerveira Pinto	0	0	0		0	0
						4.619

No ano foi dado cumprimento ao disposto nos artigos 32º e 33º do EGP, no que se refere:

- À não utilização de cartões de crédito nem de outros instrumentos de pagamento por gestores públicos, tendo por objeto a realização de despesas ao serviço da empresa;
- Ao não reembolso a gestores públicos de quaisquer despesas que caíam no âmbito do conceito de despesas de representação pessoal;
- Ao valor das despesas associadas a comunicações, que incluem telefone móvel, telefone domiciliário e internet, conforme se apresenta na tabelas seguinte.

Membro do CA	Gastos com Comunicações (€)		
	Plafond Mensal Definido	Valor Anual	Observações
Tiago Filipe da Costa Braga	80	348	
Pedro José Ferreira Morais	80	324	
		672	

- Ao valor de combustível e portagens afeto mensalmente às viaturas de serviço, conforme quadro seguinte.

Membro do CA	Plafond mensal Combustível e Portagens	Gastos anuais associados a Viaturas (€)			
		Combustível	Portagens	Total	Observações
Tiago Filipe da Costa Braga	366	2.251	676	2.927	
Pedro José Ferreira Morais	366	2.138	612	2.750	
				5.677	

Remunerações 2016

Mandato 2012-2014

Mandato (Início - Fim)	Cargo	Nome	Designação	
			Forma	Data
2012-2014	Presidente Não Executivo	João Velez Carvalho	Deliberação Social Unânime	por Escrito 10-ago-12
2012-2014	Vogal Executivo	André da Costa Figueiredo e Silva Sequeira	Deliberação Social Unânime	por Escrito 29-jun-12
2012-2014	Vogal Executivo	Alfredo César Vasconcellos Navio	Deliberação Social Unânime	por Escrito 29-jun-12
2012-2014	Vogal Não Executivo	António José Lopes	Deliberação Social Unânime	por Escrito 10-ago-12

Mandato 2016-2018

Mandato (Início - Fim)	Cargo	Nome	Designação	
			Forma	Data
2016-2018	Presidente Não Executivo	Jorge Moreno Delgado	Deliberação Social Unânime	por Escrito 25-jan-16
2016-2018	Vogal Executivo	Tiago Filipe da Costa Braga	Deliberação Social Unânime	por Escrito 25-jan-16
2016-2018	Vogal Executivo	Pedro José Ferreira Morais	Deliberação Social Unânime	por Escrito 25-jan-16
2016-2018	Vogal Não Executivo	Helena Sofia da Silva Borges Salgado Fonseca Cerveira Pinto	Deliberação Social Unânime	por Escrito 24-fev-16

Mandato 2012-2014

Membro do CA	Entidade	Acumulação de Funções		
		Função	Regime	
João Velez Carvalho	Metro do Porto, S.A.	Presidente do Conselho de Administração	Privado	
	Metro do Porto, S.A.	Presidente da Comissão Executiva	Privado	
	TIP - Transportes Intermodais do Porto, A.C.E.	Vogal do Conselho de Administração como representante da Metro do Porto, S.A.	Privado	
André da Costa Figueiredo e Silva Sequeira	TIP - Transportes Intermodais do Porto, A.C.E.	Vogal do Conselho de Administração	Privado	
	STCP SERVIÇOS - Transportes Urbanos, Consultoria e Participações, Unipessoal, Lda.	Gerente	Privado	
Alfredo César Vasconcellos Navio	OPT - Optimização e Planeamento de Transportes, S.A.	Vogal do Conselho de Administração	Privado	
	TRANSPUBLICIDADE - Publicidade em Transportes, S.A.	Vogal do Conselho de Administração	Privado	
António José Lopes	Metro do Porto, S.A.	Vogal do Conselho de Administração	Privado	
	Metro do Porto, S.A.	Vogal da Comissão Executiva	Privado	
	TRANSPUBLICIDADE - Publicidade em Transportes, S.A.	Presidente do Conselho de Administração como representante da Metro do Porto, S.A.	Privado	
	Metro do Porto, Consultoria - Consultoria em Transportes Urbanos e Participações, Unipessoal, Lda.	Gerente	Privado	
	TIP - Transportes Intermodais do Porto, A.C.E.	Vogal do Conselho de Administração eleito pela Assembleia-Geral	Privado	
	Nortrem - Aluguer de Material Ferroviário, A.C.E.	Vogal do Conselho de Administração	Privado	

Mandato 2016-2018

Membro do CA	Entidade	Acumulação de Funções		
		Função	Regime	
Jorge Moreno Delgado	Metro do Porto, S.A.	Presidente Executivo do Conselho de Administração	Privado	
	Metro do Porto, S.A.	Presidente da Comissão Executiva	Privado	
	TIP - Transportes Intermodais do Porto, ACE	Presidente do Conselho de Administração	Privado	
Tiago Filipe da Costa Braga	Metro do Porto, S.A.	Administrador não Executivo do Conselho de Administração	Privado	
	OPT - Optimização e Planeamento de Transportes, S.A.	Vogal Conselho de Administração	Privado	
	TRANSPUBLICIDADE - Publicidade em Transportes, S.A.	Vogal Conselho de Administração	Privado	
Pedro José Ferreira Morais	TIP - Transportes Intermodais do Porto, ACE	Vogal Conselho de Administração	Privado	
	STCP SERVIÇOS - Transportes Urbanos, Consultoria e Participações, Unipessoal, Lda.	Gerente	Privado	
Helena Sofia da Silva Borges Salgado Fonseca Cerveira Pinto	GIIPA Business School (Ghana Institute of Management and Public Administration)	Membro do Conselho Consultivo	Privado	
	Universidade Católica Portuguesa	Diretora da Católica Porto Business School	Privado	

Mandato 2012-2014

Membro do CA	Estatuto do Gestor Público				
	Fixado	Classificação	Remuneração mensal bruto (€)		
			Vencimento mensal	Despesas Representação	
João Velez Carvalho [1]	Sim	C	1.145	0	
André da Costa Figueiredo e Silva Sequeira	Sim	C	3.663	1.465	
Alfredo César Vasconcellos Navio	Sim	C	3.663	1.465	
António José Lopes [1]	Sim	C	916	0	

[1] Não auferem qualquer remuneração em virtude de serem remunerados na Metro do Porto, S.A., enquanto Administradores Executivos

Mandato 2016-2018

Membro do CA	Estatuto do Gestor Público				
	Fixado	Classificação	Remuneração mensal bruto (€)		
			Vencimento mensal	Despesas Representação	
Jorge Moreno Delgado [1]	Sim	C	1.145	0	
Tiago Filipe da Costa Braga	Sim	C	3.663	1.465	
Pedro José Ferreira Morais	Sim	C	3.663	1.465	
Helena Sofia da Silva Borges Salgado Fonseca Cerveira Pinto	Sim	C	916	0	

[1] Não auferem qualquer remuneração em virtude de ser remunerado na Metro do Porto, S.A., enquanto Presidente Executivo.

Mandato 2012-2014

Membro do CA	Remuneração Anual - 2016 (€)					
	Fixa (1)	Variável (2)	Valor Bruto (3)= (1)+(2)	Reduções Remuneratórias (4)	Reversões remuneratórias (5)	Valor Bruto Final (6) =(3)-(4)+(5)
André da Costa Figueiredo e Silva Sequeira	15.080	0	15.080	1.900	644	13.823
Alfredo César Vasconcellos Navio	14.415	0	14.415	1.816	600	13.199
			29.495	3.716	1.244	27.022

(1) O valor da remuneração fixa corresponde ao vencimento + despesas de representação (sem reduções/reversões remuneratórias).

(4) e (5) - reduções e reversões remuneratórias previstas no artigo 12º da Lei 12-A/2010, de 30 de junho, na Lei nº 75/2014, de 12 de setembro e na Lei nº 159-A/2015, de 30 de dezembro.

Mandato 2016-2018

Membro do CA	Remuneração Anual - 2016 (€)					
	Fixa (1)	Variável (2)	Valor Bruto (3)= (1)+(2)	Reduções Remuneratórias (4)	Reversões remuneratórias (5)	Valor Bruto Final (6) =(3)-(4)+(5)
Tiago Filipe da Costa Braga	64.592	0	64.592	8.139	3.303	59.756
Pedro José Ferreira Morais	64.592	0	64.592	8.139	3.303	59.756
Helena Sofia da Silva Borges Salgado Fonseca Cerveira Pinto	11.042	0	11.042	561	0	10.481
			140.226	16.838	6.606	129.993

(1) O valor da remuneração fixa corresponde ao vencimento + despesas de representação (sem reduções/reversões remuneratórias).

(4) e (5) - reduções e reversões remuneratórias previstas no artigo 12º da Lei 12-A/2010, de 30 de junho, na Lei nº 75/2014, de 12 de setembro e na Lei nº 159-A/2015, de 30 de dezembro.

Mandato 2012-2014

Membro do CA	Benefícios Sociais (€)						
	Subsídio de Refeição		Regime de Proteção Social	Encargo Anual Seguro de Saúde	Encargo Anual Seguro de Vida	Encargo Anual Seguro de Acidentes Pessoais	
	Valor /Dia	montante pago ano	Identificar	Encargo Anual			
André da Costa Figueiredo e Silva Sequeira	4,27	149	Segurança social	3.374	0	0	43
Alfredo César Vasconcellos Navio	4,27	73	CGA	3.164	0	0	43
		222		6.538	0	0	86

Mandato 2016-2018

Membro do CA	Benefícios Sociais (€)						
	Subsídio de Refeição		Regime de Proteção Social	Encargo Anual Seguro de Saúde	Encargo Anual Seguro de Vida	Encargo Anual Seguro de Acidentes Pessoais	
	Valor /Dia	montante pago ano	Identificar	Encargo Anual			
Tiago Filipe da Costa Braga	4,27	867	Segurança social	15.327	0	0	351
Pedro José Ferreira Morais	4,27	854	Segurança social	14.994	0	0	351
Helena Sofia da Silva Borges Salgado Fonseca Cerveira Pinto	0,00	0	Segurança social	2.489	0	0	0
		1.721		32.810	0	0	702

Mandato 2012-2014

Membro do CA	Encargos com Viaturas								
	Viatura atribuída	Celebração de contrato	Valor de referência da viatura (€)	Modalidade	Ano Início	Ano Termo	Valor da Renda Mensal (€)	Gasto Anual com Rendas (€)	Prestações Contratuais Remanescentes (Nº)
André da Costa Figueiredo e Silva Sequeira	Sim	Sim	38.513	ALD	2009	2016	800	800	0
Alfredo César Vasconcellos Navio	Sim	Sim	44.332	ALD	2010	2016	875	875	0

Mandato 2016-2018

Membro do CA	Encargos com Viaturas								
	Viatura atribuída	Celebração de contrato	Valor de referência da viatura (€)	Modalidade	Ano Início	Ano Termo	Valor da Renda Mensal (€)	Gasto Anual com Rendas (€)	Prestações Contratuais Remanescentes (Nº)
Tiago Filipe da Costa Braga	Sim	Sim	34.716	ALD	2016	2020	537	8.693	44
Pedro José Ferreira Morais	Sim	Sim	32.683	ALD	2016	2017	789	8.680	9
Helena Sofia da Silva Borges Salgado Fonseca Cerveira Pinto	Não	Não	-	-	-	-	-	-	-

Mandato 2012-2014

Membro do CA	Gastos anuais associados a Deslocações em Serviço (€)					Gasto total com viagens (€)
	Deslocações em Serviço	Custo com Alojamento	Ajudas de custo	Outras Identificar	Valor	
André da Costa Figueiredo e Silva Sequeira	0	0	0		0	0
Alfredo César Vasconcellos Navio	0	0	0		0	0
						0

Mandato 2016-2018

Membro do CA	Gastos anuais associados a Deslocações em Serviço (€)					Gasto total com viagens (€)
	Deslocações em Serviço	Custo com Alojamento	Ajudas de custo	Outras Identificar	Valor	
Tiago Filipe da Costa Braga	471	0	21		0	492
Pedro José Ferreira Morais	57	98	134		0	289
Helena Sofia da Silva Borges Salgado Fonseca Cerveira Pinto	0	0	0		0	0
						781

Em 2016 foi dado cumprimento ao disposto nos artigos 32º e 33º do EGP, no que se refere:

- À não utilização de cartões de crédito nem de outros instrumentos de pagamento por gestores públicos, tendo por objeto a realização de despesas ao serviço da empresa;
- Ao não reembolso a gestores públicos de quaisquer despesas que caíam no âmbito do conceito de despesas de representação pessoal;
- Ao valor das despesas associadas a comunicações, que incluem telefone móvel, telefone domiciliário e internet, conforme se apresenta nas tabelas seguintes.

Mandato 2012-2014

Membro do CA	Gastos com Comunicações Móveis (€)		
	Plafond Mensal Definido	Valor Anual	Observações
André da Costa Figueiredo e Silva Sequeira	80	23	
Alfredo César Vasconcellos Navio	80	70	
		93	

Mandato 2016-2018

Membro do CA	Gastos com Comunicações Móveis (€)		
	Plafond Mensal Definido	Valor Anual	Observações
Tiago Filipe da Costa Braga	80	211	
Pedro José Ferreira Morais	80	192	
		403	

- Ao valor de combustível e portagens afeto mensalmente às viaturas de serviço, conforme quadro seguinte.

Mandato 2012-2014

Membro do CA	Plafond mensal Combustível e Portagens	Gastos anuais associados a Viaturas (€)			Observações
		Combustível	Portagens	Total	
André da Costa Figueiredo e Silva Sequeira	366	110	0	110	
Alfredo César Vasconcellos Navio	366	185	13	198	
				308	

Mandato 2016-2018

Membro do CA	Plafond mensal Combustível e Portagens	Gastos anuais associados a Viaturas (€)			Observações
		Combustível	Portagens	Total	
Tiago Filipe da Costa Braga	366	2.019	627	2.647	
Pedro José Ferreira Morais	366	1.897	421	2.318	
				4.965	

Remunerações 2015

Mandato (Início - Fim)	Cargo	Nome	Designação Forma	Data
2012-2014	Presidente Não Executivo	João Velez Carvalho	Deliberação Social Unânime por Escrito	10-ago-12
2012-2014	Vogal Executivo	André da Costa Figueiredo e Silva Sequeira	Deliberação Social Unânime por Escrito	29-jun-12
2012-2014	Vogal Executivo	Alfredo César Vasconcellos Navio	Deliberação Social Unânime por Escrito	29-jun-12
2012-2014	Vogal Não Executivo	António José Lopes	Deliberação Social Unânime por Escrito	10-ago-12

Membro do CA	Acumulação de Funções		
	Entidade	Função	Regime
André da Costa Figueiredo e Silva Sequeira	TIP - Transportes Intermodais do Porto, ACE	Vogal Conselho de Administração	Privado
	STCP SERVIÇOS - Transportes Urbanos, Consultoria e Participações, Unipessoal, Lda.	Gerente	Privado
Alfredo César Vasconcellos Navio	OPT - Optimização e Planeamento de Transportes, S.A.	Vogal Conselho de Administração	Privado
	TRANSPUBLICIDADE - Publicidade em Transportes, S.A.	Vogal Conselho de Administração	Privado

Membro do CA	Estatuto do Gestor Público			
	Fixado	Classificação	Remuneração mensal bruto (€)	
			Vencimento mensal	Despesas Representação
João Velez Carvalho [1]	Sim	C	1.145	0
André da Costa Figueiredo e Silva Sequeira	Sim	C	3.663	1.465
Alfredo César Vasconcellos Navio	Sim	C	3.663	1.465
António José Lopes [1]	Sim	C	916	0

[1] Não auferem qualquer remuneração em virtude de serem remunerados na Metro do Porto, S.A., enquanto Administradores Executivos

Membro do CA	Remuneração Anual (€)					
	Variável	Fixa *	Bruto (1)	Reduções Remuneratórias (2)	Reversão remuneratória (3)	Valor Final (4) =(1)-(2)+(3)
André da Costa Figueiredo e Silva Sequeira	0	68.856	68.856	10.328	1.719	60.246
Alfredo César Vasconcellos Navio	0	67.882	67.882	10.182	1.738	59.437

* Inclui remuneração + despesas de representação

Membro do CA	Benefícios Sociais (€)						
	Subsídio de Refeição		Regime de Proteção Social		Seguro de Saúde	Seguro de Vida	Seguro de Acidentes Pessoais
	Valor /Dia	montante pago ano	Identificar	Valor			
André da Costa Figueiredo e Silva Sequeira	4,27	1.003	Segurança social	15.395	0	0	319
Alfredo César Vasconcellos Navio	4,27	974	CGA	15.280	0	0	319

Membro do CA	Gastos com Comunicações Móveis (€)		
	Plafond Mensal Definido	Valor Anual	Observações
André da Costa Figueiredo e Silva Sequeira	80	223	
Alfredo César Vasconcellos Navio	80	698	Foi debitado o valor excedido do plafond mensal atribuído

Membro do CA	Encargos com Viaturas								
	Viatura atribuída	Celebração de contrato	Valor de referência da viatura (€)	Modalidade	Ano Início	Ano Termo	Valor da Renda Mensal (€)	Gasto Anual com Rendas (€)	Prestações Contratuais Remanescentes (Nº)
André da Costa Figueiredo e Silva Sequeira	Sim	Sim	38.513	ALD	2009	2016	800	9.600	6
Alfredo César Vasconcellos Navio	Sim	Sim	44.332	ALD	2010	2016	875	10.503	6

Membro do CA	Gastos anuais associados a Viaturas (€)					Observações
	Plafond mensal Combustível e Portagens (€)	Combustível	Portagens	Outras Reparações	Seguro (*)	
André da Costa Figueiredo e Silva Sequeira	366	1.255	82	907		
Alfredo César Vasconcellos Navio	366	2.815	670	140	Foi debitado o valor excedido do plafond mensal atribuído	

(*) Incluído no valor da renda ALD

Membro do CA	Gastos anuais associados a Deslocações em Serviço (€)					Gasto total com viagens (Σ)
	Deslocações em Serviço	Custo com Alojamento	Ajudas de custo	Outras Identificar Valor		
André da Costa Figueiredo e Silva Sequeira	0	0	0		0	0
Alfredo César Vasconcellos Navio	0	0	0		0	0

Foi dado cumprimento ao disposto no artigo 32º do Estatuto do Gestor Público, conforme republicado pelo Decreto-Lei nº 8/2012, de 18 de janeiro, no que se refere, designadamente:

- À não utilização de cartões de crédito e outros instrumentos de pagamento, tendo por objeto a realização de despesas ao serviço da empresa;
- Ao não reembolso a gestores públicos de quaisquer despesas que caíam no âmbito do conceito de despesas de representação pessoal.

3. Conselho Fiscal

Remunerações 2017

Mandato (Início - Fim)	Cargo	Nome	Designação		Estatuto Remuneratório Fixado Mensal (€)	Nº de Mandatos	
			Forma	Data			
2016-2018	Presidente	Pedro Romano Martinez	Deliberação Social Unânime	por Escrito	25-jan-16	1.282	4
2016-2018	Vogal Executivo	Ana Alexandra Filipe Freitas	Deliberação Social Unânime	por Escrito	25-jan-16	961	4
2016-2018	Vogal Executivo	Paulo Jorge Rodrigues Mateus	Deliberação Social Unânime	por Escrito	25-jan-16	961	2
2016-2018	Vogal Suplente	Dino Jorge Ramos Santos	Deliberação Social Unânime	por Escrito	25-jan-16	0	4

Nome	Remuneração Anual (€)		
	Bruto (1)	Reduções Remuneratórias (2)	Valor Final (3) =(1)-(2)
Pedro Romano Martinez	17.989	897	17.092
Ana Alexandra Filipe Freitas	13.457	673	12.784
Paulo Jorge Rodrigues Mateus	13.455	673	12.782
			42.658

Remunerações 2016

Mandato (Início - Fim)	Cargo	Nome	Designação		Estatuto Remuneratório Fixado (mensal) (€)	Nº de Mandatos	
			Forma	Data			
2012-2014	Presidente	Pedro Romano Martinez	Deliberação Social Unânime	por Escrito	06-jun-14	1.282	3
2012-2014	Vogal Executivo	Ana Alexandra Filipe Freitas	Deliberação Social Unânime	por Escrito	06-jun-14	961	3
2012-2014	Vogal Executivo	Paulo Jorge Rodrigues Mateus	Deliberação Social Unânime	por Escrito	06-jun-14	961	1
2016-2018	Vogal Suplente	Dino Jorge Ramos Santos	Deliberação Social Unânime	por Escrito	06-jun-14	0	3

Mandato (Início - Fim)	Cargo	Nome	Designação		Estatuto Remuneratório Fixado (mensal) (€)	Nº de Mandatos	
			Forma	Data			
2016-2018	Presidente	Pedro Romano Martinez	Deliberação Social Unânime	por Escrito	25-jan-16	1.282	4
2016-2018	Vogal Executivo	Ana Alexandra Filipe Freitas	Deliberação Social Unânime	por Escrito	25-jan-16	961	4
2016-2018	Vogal Executivo	Paulo Jorge Rodrigues Mateus	Deliberação Social Unânime	por Escrito	25-jan-16	961	2
2016-2018	Vogal Suplente	Dino Jorge Ramos Santos	Deliberação Social Unânime	por Escrito	25-jan-16	0	4

Mandato 2012-2014

Nome	Remuneração Anual (€)			
	Bruto (1)	Reduções Remuneratórias (2)	Reversão remuneratória (3)	Valor Final (4) = (1)-(2)+(3)
Pedro Romano Martinez	1.132	143	55	1.044
Ana Alexandra Filipe Freitas	849	107	41	783
Paulo Jorge Rodrigues Mateus	849	107	41	783
				2.610

Mandato 2016-2018

Nome	Remuneração Anual (€)			
	Bruto (1)	Reduções Remuneratórias (2)	Reversão remuneratória (3)	Valor Final (4) = (1)-(2)+(3)
Pedro Romano Martinez	16.815	2.119	810	15.506
Ana Alexandra Filipe Freitas	12.611	1.589	608	11.630
Paulo Jorge Rodrigues Mateus	12.611	1.589	608	11.630
				38.766

Remunerações 2015

Mandato (Início - Fim)	Cargo	Nome	Designação	Forma	Data	Estatuto Remuneratório Fixado (mensal) (€)
2012-2014	Presidente	Pedro Romano Martinez	Deliberação Social Unânime	por Escrito	06-jun-14	1.282
2012-2014	Vogal Executivo	Ana Alexandra Filipe Freitas	Deliberação Social Unânime	por Escrito	06-jun-14	961
2012-2014	Vogal Executivo	Paulo Jorge Rodrigues Mateus	Deliberação Social Unânime	por Escrito	06-jun-14	961

Nome	Remuneração Anual 2015 (€)			
	Bruto (1)	Reduções Remuneratórias (2)	Reversão remuneratória (3)	Valor Final (4) = (1)-(2)+(3)
Pedro Romano Martinez [1]	17.947	2.824	341	15.464
Ana Alexandra Filipe Freitas [2]	13.460	2.155	256	11.561
Paulo Jorge Rodrigues Mateus [3]	13.460	2.261	256	11.455

As reduções remuneratórias dos membros do Conselho Fiscal de 2015, incluem a regularização relativa ao ano de 2014 de acordo com o Despacho nº 1212/15-SET de 4.08.2015:

- [1] A redução remuneratória referente a 2014 é de 222€.
 [2] A redução remuneratória referente a 2014 é de 203€.
 [3] A redução remuneratória referente a 2014 é de 309€.

4. Revisor Oficial de Contas
Remunerações 2017

Mandato (Início - Fim)	Cargo	Identificação SROC/ROC			Designação			Nº de anos de funções exercidos na sociedade
		Nome	Nº de Inscrição na OROC	Nº Registo na CMVM	Forma (1)	Data	Data do Contrato	
2016-2018	Revisor Oficial de Contas	Sociedade Baker Tilly, PG & Associados, SROC, S.A.	235	20161528	AG	30-mai-16	13-dez-16	2

(1) Eleito para o mandato por Assembleia Geral (ata nº 63)

Nome	Valor Anual do Contrato de Prestação de Serviços - 2017 (€)			Valor Anual de Serviços Adicionais - 2017 (€)			
	Valor (1)	Reduções (2)	Valor Final (3)=(1)-(2)	Identificação do serviço	Valor (1)	Reduções (2)	Valor Final (3)=(1)-(2)
Baker Tilly, PG & Associados, SROC, S.A.	17.306	1.706	15.600	-	0	0	0

O valor da remuneração bruta não coincide com o estipulado na DUE de 30 de novembro de 2016, de acordo com o nº 21 da RCM nº 16/2012.

Aufertiu, adicionalmente, pelo trabalho de revisão das contas consolidadas, o valor de 4.650 euros, aprovado em ata do CA nº 46/2017. Este valor constava no Plano de Atividades e Orçamento de 2017 (PG & 2017), versão de 7 de agosto de 2017), aprovado através da Deliberação Social Unânime por Escrito de 29 de dezembro de 2017, de acordo com a vontade expressa pelo Estado.

Remunerações 2016

Mandato (Início - Fim) (1)(2)	Cargo	Identificação SROC/ROC			Designação		Remuneração Contratada Mensal (€)	Nº de anos de funções exercidos na sociedade
		Nome	Nº de Inscrição na OROC	Nº Registo na CMVM	Forma (3)	Data		
nov-dez 2008	Revisor Oficial de Contas	António Magalhães & Carlos Santos, S.R.O.C.	53	20161396	DUE	25-nov-08	1.300	1
2009-2011	Revisor Oficial de Contas	António Magalhães & Carlos Santos, S.R.O.C.	53	20161396	DUE	09-set-09	1.300	8

(1) Eleito para completar o Mandato 2006-2008

(2) Eleito para o Mandato 2009 -2011, mantendo-se em funções até maio de 2016

(3) DUE - Deliberação Social Unânime por Escrito

Mandato (Início - Fim)	Cargo	Identificação SROC/ROC			Designação		Remuneração Contratada Mensal (€)	Nº de anos de funções exercidos na sociedade
		Nome	Nº de Inscrição na OROC	Nº Registo na CMVM	Forma (1)	Data		
2016-2018	Revisor Oficial de Contas	Sociedade Baker Tilly, PG & Associados, SROC, S.A.	235	20161528	AG	30-mai-16	1.442	1

(1) Eleito para o mandato por Assembleia Geral

Mandato 2012-2014

Nome	Remuneração Anual 2016 (€)			
	Bruta (1)	Redução Remuneratória (2)	Reversão Remuneratória (3)	Valor Final (4)=(1)-(2)+(3)
António Magalhães & Carlos Santos , S.R.O.C.	6.500	520	182	6.162

Auferiu adicionalmente pelo trabalho de revisão das contas consolidadas, o valor de 4.468 euros, que já inclui as reduções remuneratórias impostas pela legislação aplicável.

Mandato 2016-2018

Nome	Remuneração Anual 2016 (€)			
	Bruta (1)	Redução Remuneratória (2)	Reversão Remuneratória (3)	Valor Final (4)=(1)-(2)+(3)
Baker Tilly, PG & Associados, SROC, S.A.	9.100	728	598	8.970

O valor da remuneração bruta não coincide com o estipulado na DUE de 30 de Novembro de 2016, pois por Despacho nº 1212/15-SET, de 4 de agosto de 2015, as remunerações não podem exceder os montantes atribuídos à data de 1 de março de 2012, de acordo com o nº 21 da RCM nº 16/2012, o nº 3 da RCM nº 36/2012 e o nº1 do artº 101 do DL 18/2016.

Remunerações 2015

Mandato (Início - Fim) (1)(2)	Cargo	Identificação SROC/ROC			Designação		Remuneração Contratada Mensal (€)	Nº de Mandatos exercidos na sociedade
		Nome	Nº de Inscrição na OROC	Nº Registo na CMVM	Forma (3)	Data		
nov-dez 2008	Revisor Oficial de Contas	António Magalhães & Carlos Santos, S.R.O.C.	53	20161396	DUE	25-nov-08	1.300	1
2009-2011	Revisor Oficial de Contas	António Magalhães & Carlos Santos, S.R.O.C.	53	20161396	DUE	09-set-09	1.300	1

(1) Eleito para completar o Mandato 2006-2008

(2) Eleito para o Mandato 2009 -2011, mantendo-se ainda em funções em 2015

(3) DUE - Deliberação Social Unânime por Escrito

Nome	Remuneração Anual 2015 (€)			
	Bruta (1)	Redução Remuneratória (2)	Reversão Remuneratória (3)	Valor Final (4)=(1)-(2)+(3)
António Magalhães & Carlos Santos , S.R.O.C.	15.600	1.560	312	14.352

Auferiu adicionalmente pelo trabalho de revisão das contas consolidadas, o valor de 4.282 euros, que já inclui as reduções remuneratórias impostas pela legislação aplicável.

Funções e Responsabilidades

1. Assembleia Geral

Competências da Assembleia-Geral da sociedade definidas no Artigo 8º dos seus Estatutos:

“1 - A Assembleia-Geral delibera sobre todos os assuntos para os quais a lei ou os presentes Estatutos lhe atribuem competência.

2 - Compete, em especial, à Assembleia-Geral:

- a) Deliberar sobre o relatório de gestão e as contas do exercício, bem como sobre a proposta de aplicação de resultados e proceder à apreciação geral da administração e fiscalização da sociedade;
- b) Eleger e exonerar os membros da mesa da Assembleia-Geral, do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal;
- c) Deliberar sobre quaisquer alterações dos estatutos e aumentos de capital;
- d) Deliberar sobre as remunerações dos membros dos órgãos sociais, podendo para o efeito designar uma comissão de fixação de remunerações;
- e) Deliberar sobre os projetos de expansão das linhas exploradas pela empresa;
- f) Autorizar a aquisição e a alienação de bens imóveis, bem como a realização de investimentos, quando, em cada caso, o valor exceda o correspondente a 10% do capital social da Sociedade;
- g) Autorizar a aquisição e a alienação de participações sociais, neste último caso apenas quando o valor exceda o correspondente a 10% do capital social da STCP, S.A.;
- h) Deliberar sobre a emissão de obrigações.”

2. Conselho de Administração

Competências do Conselho de Administração nos termos definidos no Artigo 11º dos Estatutos da Sociedade:

“1 - Compete ao Conselho de Administração:

- a) Gerir os negócios sociais e praticar todos os atos relativos ao objeto social que não caibam na competência atribuída a outros órgãos da Sociedade;
- b) Elaborar o relatório anual;
- c) Adquirir, alienar ou onerar direitos ou bens móveis e imóveis e participações sociais sem prejuízo do disposto nas alíneas f) e g) do número 2 do artigo 8º;
- d) Representar a Sociedade em juízo e fora dele, ativa e passivamente, podendo desistir, transigir e confessar em quaisquer pleitos e, bem assim, celebrar convenções de arbitragem;
- e) Estabelecer a organização técnico-administrativa da Sociedade e as normas do seu funcionamento interno;
- f) Constituir mandatários com os poderes considerados convenientes;
- g) Exercer as demais competências que lhe sejam atribuídas pela lei ou pela assembleia-geral.

2 - O Conselho de Administração pode, dentro dos limites legais, delegar algumas das suas competências num ou mais dos seus membros.”

Quanto às atribuições específicas de cada membro:

Presidente Não Executivo – Prof. Jorge Moreno Delgado

Exerce funções não executivas. Acompanha e avalia continuamente a gestão da empresa por parte dos demais gestores, com vista a assegurar a prossecução dos objetivos estratégicos da empresa, a eficiência das suas atividades e a conciliação dos interesses dos acionistas com o interesse geral.

Exerce funções, em acumulação, com os cargos de Presidente Executivo do Conselho de Administração e Presidente da Comissão Executiva da Metro do Porto, S.A. e como Presidente do Conselho de Administração no TIP- Transportes Intermodais do Porto, ACE.

Vogal Executivo – Eng.º Tiago Filipe da Costa Braga

Exerce funções executivas, sendo responsável pela coordenação direta do Departamento de Marketing, Departamento de Operações, Unidade de Manutenção da Frota, Unidade do Carro Elétrico e Museu do Carro Elétrico.

Representante do Conselho de Administração para o Sistema Integrado de Gestão e Qualidade. Representa a STCP no Conselho de Administração nas empresas participadas OPT – Optimização e Planeamento de Transportes, S.A. e Transpublicidade – Publicidade em Transportes, S.A..

Exerce funções em acumulação com o cargo de Administrador não Executivo do Conselho de Administração da Metro do Porto, S.A..

Vogal Executivo – Dr. Pedro José Ferreira Morais

Exerce funções executivas, sendo responsável pela coordenação direta do Serviço de Secretariado Geral e Apoio ao Conselho de Administração, Gabinete de Controlo de Gestão e Auditoria, Departamento de Recursos Humanos, Departamento Administrativo e Financeiro e Gabinete de Informática e Comunicações.

Nomeado pelo Conselho de Administração como Representante para as relações com o Mercado e com a Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (CMVM).

Representa a STCP no Conselho de Administração na empresa participada Transportes Intermodais do Porto, ACE (TIP-ACE) e é o gerente da STCP Serviços – Transportes Urbanos, Consultoria e Participações, Unipessoal, Lda..

Vogal Não Executivo – Dr.ª Helena Sofia da Silva Borges Salgado Fonseca Cerveira Pinto

Exerce funções não executivas. Acompanha e avalia continuamente a gestão da empresa por parte dos demais gestores, com vista a assegurar a prossecução dos objetivos estratégicos da empresa, a eficiência das suas atividades e a conciliação dos interesses dos acionistas com o interesse geral.

3. Conselho Fiscal

Nos termos do Artigo 14º dos Estatutos da Sociedade:

1 – A fiscalização da sociedade compete a um Conselho Fiscal, composto por um presidente, dois vogais efetivos e um suplente, e a um revisor oficial de contas ou uma sociedade de revisores oficiais de contas, que não seja membro daquele órgão.

2 – O Conselho Fiscal e o Revisor Oficial de Contas ou a Sociedade de Revisores Oficiais de Contas têm os poderes e deveres atribuídos pelo Código das Sociedades Comerciais.

Currículos

1. Membros da Mesa da Assembleia-Geral

1.1. Presidente- Eng^o José António Ferreira de Barros

Habilitações Académicas:

Licenciatura em Engenharia Química pela Faculdade de Engenharia da Universidade Porto.

Atividade Profissional:

É atualmente Vice-Presidente da CIP - Confederação Empresarial de Portugal.

É Presidente da Assembleia Geral da AEP – Associação Empresarial de Portugal, Câmara de Comércio e Indústria para o Norte de Portugal, desde maio de 2014.

Foi Presidente da AEP – Associação Empresarial de Portugal, Câmara de Comércio e Indústria para o Norte de Portugal, desde 2008 até 2014.

É Presidente da Direção do Coliseu do Porto, desde 1996, e membro do Conselho de Gerência da empresa SPAL – Sociedade Portuguesa do Ar Líquido, filial portuguesa do Grupo L’AIR LIQUIDE, desde 1989.

Foi um dos promotores do sistema português de Garantia Mútua e seu Presidente desde a sua fundação. Presidiu, desde 1994 e até junho de 2008, à SPGM – Sociedade de Investimento, S.A. a *holding* do sistema português de Garantia Mútua.

Foi um dos fundadores, e membro do primeiro Conselho de Administração da Fundação de Serralves, Museu de Arte Contemporânea do Porto. Foi também Administrador da Fundação Eça de Queiroz.

Anteriormente, e de entre a sua experiência profissional em empresas de vários sectores, destacam-se os seguintes projetos em que esteve particularmente envolvido: fundador, CEO e Presidente da CINCA – Companhia Industrial de Cerâmica, S.A. – empresa portuguesa líder do sector da cerâmica (1964 – 1993). Foi igualmente fundador e Presidente da APICER – Associação Portuguesa de Cerâmica (anteriormente APC) (1975 - 1993).

Co-fundador e membro do Conselho Geral da SPI e do BPI – Banco Português de Investimento, S.A. (1981-1990); co-fundador e membro do Conselho Geral do BCI – Banco de Comércio e Indústria, S.A. (1985 – 1990); co-fundador, Presidente e CEO da Interrisco – Sociedade de Capital de Risco, S.A., uma *joint-venture* entre a 3i – plc of London e o BPI – Banco Português de Investimento, S.A. (1988 – 1994). Presidente da Norpedip – Sociedade de Capital de Risco (1995 – 1996).

1.2. Vice-Presidente – Dra. Maria Teresa Vasconcelos Abreu Flor de Morais

Data de Nascimento: 25 de março de 1960.

Habilitações Académicas:

Licenciatura em Administração e Gestão de Empresas, pela Universidade Católica Portuguesa, em 1983.

Atividade Profissional:

Desde junho de 2007 – Chefe de Divisão de Recursos Humanos e Financeiros da Direcção-Geral do Tesouro e Finanças (DGTF).

Abril de 2000 a junho de 2007 - Diretora do Gabinete de Prossecutiva e Coordenação da Direcção-Geral do Tesouro (DGT).

Abril de 1993 a abril 2000 – Chefe de Divisão da área de Coordenação Orçamental e Bonificações (DGT).

1987 a 1993 – Técnica Superior do Tesouro tendo exercido funções nas seguintes Direcções da DGT: Operações Cambiais; Planeamento, Organização e Coordenação; e Gabinete de Estudos.

Outras funções e atividades profissionais:

Desde 2007 - Presidente da Mesa da Assembleia Geral da EDM – Empresa de Desenvolvimento Mineiro, SA.

2004 a 2007 - Presidente da Comissão de Fiscalização do Instituto de Mercados de Obras Públicas e Particulares e do Imobiliário.

Desde 2004 – Vice-Presidente da Mesa da Assembleia Geral da Sociedade de Transportes Colectivos do Porto, SA.

2002 a 2005 - Presidente da Mesa da Assembleia Geral do Hospital de São Bernardo, SA.

1999 a 2004 - Vogal do Conselho Fiscal da Hidroelétrica de Cahora Bassa, SA.

1998 – Representante da Direcção-Geral do Tesouro na Comissão de Estudo do Regime Jurídico Relativo aos Auxílios Públicos.

2002 a 2004 - Representante da Direcção-Geral do Tesouro no grupo de trabalho que apresentou um projeto de diploma sobre crédito bonificado para Pessoas com Deficiência.

1998 a 2000 - Representante da Direcção-Geral do Tesouro no grupo de trabalho que elaborou os projetos de diplomas que regulam o regime da concessão de crédito à aquisição, construção e realização de obras em habitação – Decreto-Lei n.º 349/98, de 11 de novembro, e posteriores alterações.

1.3. Secretário – Dr. Carlos Maria Rocha Pinheiro Torres

Data de Nascimento: 15 de novembro de 1945.

Habilitações Académicas:

Licenciatura em Direito pela Faculdade de Direito de Coimbra e Mestrado em Ciências Jurídico - Empresariais pela mesma Faculdade.

Atividade Profissional: Advogado; Docente da FEP.

2. Membros do Conselho de Administração

2.1 Presidente Não Executivo – Prof. Jorge Moreno Delgado

Data de Nascimento: 02 de abril de 1967

Habilitações Académicas:

2002 Doutoramento em Engenharia Civil pela FEUP-UP.

1993 Mestrado em Estruturas de Engenharia Civil FEUP-UP.

1990 Licenciatura em Engenharia Civil FEUP-UP.

Atividade Profissional:

Desde fevereiro 1995_Professor - Adjunto da Escola Superior de Tecnologia e Gestão do Instituto Politécnico de Viana do Castelo (ESTG/IPVC)

- Área Científica: Ciências da Engenharia e Tecnologia
- Grupo Disciplinar: Engenharia Civil
- Principais Áreas de Atividade de Docência e Investigação:

- Análise Estrutural, Engenharia Sísmica; Estruturas de Betão Armado e Estruturas Metálicas, Gestão de Projecto, Estudos e Projetos de Transportes (em especial na área dos LRT (Light rail Transit))

2017 – ... : Vice-Presidente Assembleia Geral Associação Casa da Arquitetura

2016 – ... : Presidente do Conselho de Administração do TIP - Transportes Intermodais do Porto, ACE

2016 – ... : Presidente do Conselho de Administração da Metro do Porto, S.A.

2016 – ... : Presidente do Conselho de Administração da STCP, S.A.

2008 – 2012: Administrador Executivo da Metro do Porto, S.A.

2004 – 2005: Vice Presidente do Conselho Administrativo e Directivo da Escola Superior de Tecnologia e Gestão(ESTG) do Instituto Politécnico de Viana (IPVC)

2000 - 2003: Consultor da empresa NEWTON - Consultores de Engenharia, Lda.

1990 – 1995: Engenheiro Sénior da área das Estruturas e Geotecnia da empresa: NEWTON - Consultores de Engenharia, Lda. (e.g.)

Publicações (e.g.):

- Jorge M. Delgado, Antonio Abel R. Henriques, Raimundo M. Delgado; "Structural Non-Linear Models and Simulation Techniques: An Efficient Combination for Safety Evaluation of RC Structures"; Handbook of Research on Computational Simulation and Modelling in Engineering, pp. 540 – 584; Release Date: September, 2015. Copyright © 2016. (ISBN13: 9781466688230|ISBN10: 1466688238|EISBN13: 9781466688247)
- HENRIQUES, A.A.; VEIGA, J.M.C.; MATOS, J.A.C.; DELGADO, J.M.; "Uncertainty Analysis of Structural Systems by Perturbation Techniques"; Structural and Multidisciplinary Optimization, Vol. 35, N. 3, Springer; pp. 201-212; 2008.
- VEIGA, J.M.G.C.; HENRIQUES, A.A.; DELGADO, J.M.; "An efficient evaluation of structural safety applying perturbation techniques"; III European Conference on Computational Mechanics, Solids, Structures and Coupled Problems in Engineering, Ed. C.A. Mota Soares et.al.; Springer; pp. 126 (Ed. CD-ROM: 9 pag.); 2006.
- VEIGA, J.M.G.C.; HENRIQUES, A.A.R.; DELGADO, J.M.; "Avaliação da incerteza em estruturas de betão pela técnica das perturbações"; CIMNE/CILAMCE 2007 - Métodos Numéricos e Computacionais em Engenharia, Ed. J.C. Sá, R. Delgado, A.D. Santos, A. Rodríguez-Ferran, J. Oliver, P.R.M. Lyra, J.L.D. Alves; APMTAC/FEUP – Associação Portuguesa de Mecânica Teórica, Aplicada e Computacional / Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto (Ed. CD-ROM: 12 pag.), pp. 286; 2007.
- VEIGA, J.M.; HENRIQUES, A.A.; DELGADO, J.M.; "Aplicação de técnicas de perturbação na análise da incerteza estrutural"; 4as Jornadas Portuguesas de Engenharia de Estruturas, LNEC; pp. 92-93 (Ed. CD-ROM: 13 pag.); 2006.
- HENRIQUES, A.A.R.; VEIGA, J.M.; DELGADO, J.M.; "Aplicação da técnica das perturbações na avaliação da incerteza em estruturas de engenharia civil"; II Encontro Nacional de Riscos, Segurança e Fiabilidade – Riscos Públicos e Industriais, Ed. C. Guedes Soares, A.P. Teixeira e P. Antão, Instituto Superior Técnico; Edições Salamandra; Vol. 1; pp. 659 - 673; 2007.
- Delgado, J. M.; Delgado R. M., SECOND ORDER EFFECTS DESIGN OF REINFORCED CONCRETE FRAMED STRUCTURES ACCORDING TO EC2 - RELIABILITY ANALYSIS, publicado em RISK ANALYSIS III, pp. 105-114, Editor C.A. Brebbia, Wit Press, Southampton, Boston, 2002.

2.2 Vogal Executivo – Eng.º Tiago Filipe da Costa Braga

Data de Nascimento: 17 de novembro de 1974

Habilitações Académicas:

Licenciatura em Engenharia do Ambiente pela Escola Superior de Biotecnologia da Universidade Católica Portuguesa.

Pós Graduação em Política e Gestão Ambiental pela Universidade de Aveiro.

Atividade Profissional:

Desde 21.01.2016 - Vogal Não Executivo do Conselho de Administração da Metro do Porto, S.A..

Desde 25.01.2016 - Vogal Executivo do Conselho de Administração da STCP, S.A..

Desde 02.2016 - Vogal do Conselho de Administração da OPT - Otimização e Planeamento de Transportes, S.A..

Desde 02.2016 - Vogal do Conselho de Administração da Transpublicidade – Publicidade em Transportes, S.A..

De 19.12.2013 a 21.01.2016 - Vogal Executivo do Conselho de Administração da Empresa Municipal Águas e Parque Biológico de Gaia, EEM, S.A..

De 16.10.2013 a 19.12.2013 - Chefe de Gabinete do Presidente da Câmara de Vila de Nova de Gaia.

De 01.10.2005 a 16.10.2013 - Responsável Operacional / JOT, Gestor Técnico, Operacional e Auditor Coordenador (Mais de 1000 dias de Auditorias Realizadas) da LUSAENOR – Sucursal em Portugal da Associação Espanhola de Normalização e Certificação.

De 06.11.2002 a 01.10.2005 - Gestor Desenvolvimento e Produto APCER – Associação Portuguesa de Certificação.

De 01.02.2000 a 06.11.2002 - Técnico no Departamento de Assistência Técnica às Empresas da AEP – Associação Empresarial de Portugal, Câmara de Comércio e Indústria.

2.3 Vogal Executivo - Dr. Pedro José Ferreira Morais

Data de Nascimento: 26 de outubro de 1977

Habilitações Académicas:

2014 Formação em Gestão de operações em transportes públicos de passageiros, FEUP.

2002 - 2004 Pós-graduação em Finanças, em resultado da frequência da parte curricular do Mestrado em Ciências Empresariais com especialização em Finanças.

1995 - 2000 Licenciatura em Economia, FEP

Atividade Profissional:

Desde jan.2016 - Administrador da STCP, S.A..

Out.2014 a jan.2016 - Administrador da Card 4B, S.A..

Fev.2010 a set.2014 - Diretor Geral da Beware - Consultadoria e Serviços, S.A..

Jun.2008 a jan.2010 - Gestão de Projetos - OCTAL-Sistemas de Engenharia, SA do grupo Novabase.

Jul.2007 a mar.2008 - CEO da Aveifeira – Carnes e Aves da Feira, S.A..

Fev.2002 a jun.2007 - Quadro superior na TIP – Transportes Intermodais do Porto, ACE.

Out.2000 a jan.2002 - Quadro médio na Metro do Porto, S.A..

2.4 Vogal Não Executivo - Dr.ª Helena Sofia da Silva Borges Salgado Fonseca Cerveira Pinto

Data de Nascimento: 04 de setembro de 1970

Habilitações Académicas:

Doutoramento em Business Studies, Warwick Business School. Dissertação: Pinto, H. S. (2005) – *Understanding Service Specifications*. Universidade de Warwick, U.K.

Mestrado em Gestão de Operações Comerciais (2002) - Católica Porto Business School - Universidade Católica Portuguesa - Dissertação sobre a Medição da Qualidade dos Serviços - Final Grade: 18/20.

MBA - 1998 - Universidade Católica Portuguesa.

Licenciatura - 1993 - Administração e Gestão de Empresas - Universidade Católica Portuguesa.

Outra Formação:

IDP - 2014-2015 - International Deans Programme - EFMD, Brussels, Hong Kong, Londres, Copenhaga e Lund.

Formação Executiva - outubro 2012 High Potentials Leadership Program - Harvard Business School.

Atividade Profissional:

Desde fevereiro 2016 - Administradora Não Executiva da STCP, S.A..

Membro do Conselho Consultivo da GIMPA Business School (Ghana Institute of Management and Public Administration).

Desde agosto 2013 – Diretora da Católica Porto Business School - Universidade Católica Portuguesa.

Agosto 2013 - dezembro 2014 - Diretora-adjunta da Presidência do CRP - Responsável pelas áreas da qualidade e acreditação e relações interuniversitárias.

2011-2013 - Associate Dean - Católica Porto Business School (na altura, Faculdade de Economia e Gestão). Associate Dean para a Formação Executiva e programas de MBA.

2008-2013 - Católica Porto Business School (na altura, Faculdade de Economia e Gestão). Associate Dean para os Mestrados.

2008- 2010 - Sócia e Membro Não Executivo do CA - SOMOLO – Soluções de Mobilidade e Localização.

1995 – 1997 - Diretora Comercial e de Marketing do Casino da Póvoa, na Sopete – Sociedade Poveira de Empreendimentos Turísticos, S.A..

1993-1995 - Assessora do Conselho de Administração para os novos projetos de hotelaria e entretenimento, da Sopete - Sociedade Poveira de Empreendimentos Turísticos, S.A..

Desde 1997 - Membro do Corpo docente da Católica Porto Business School e membro do Conselho Científico da Faculdade desde 2006.

2007-2008 - Participação e Coordenação de Estudos - Coordenação de projetos de consultoria na área de acessibilidade e localização de serviços.

Desde 1997 - Participação em diversos projetos de investigação aplicada e consultoria no Centro de Estudos de Gestão e Economia Aplicada (CEGEA) – Universidade Católica Portuguesa.

Publicações:

Autora do livro “Gestão dos Serviços – A Avaliação da Qualidade”.

3. Conselho Fiscal

3.1. Presidente – Professor Doutor Pedro Romano Martinez

Habilitações Académicas:

Professor Catedrático da Faculdade de Direito de Lisboa.

Curso de Direito: Universidade Católica, em Lisboa, 1982.

Mestrado: Universidade Católica, «O Subcontrato», 1989.

Doutoramento: Universidade Católica, «Cumprimento Defeituoso em especial na Compra e Venda e na Empreitada», 1994.

Agregação: Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, 2005, «Da Cessação do Contrato».

Docência:

(1982/94) Assistente Introdução ao Estudo do Direito, Teoria Geral do Direito Civil e Direito das Obrigações.

(1994/98) Professor Auxiliar com regência de Direitos Reais, de Direito do Trabalho e de Contratos em Especial.

(1998/2006) Professor Associado com regência de Introdução ao Estudo do Direito, de Direito das Obrigações, de Direitos Reais, de Direito do Trabalho de Contratos Cíveis, de Contratos Comerciais e de Direito dos Seguros.

(2006/2016) Professor Catedrático com regência de Introdução ao Estudo do Direito, de Direito das Obrigações, de Direito dos Contratos e de Direito dos Seguros na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa.

(2008/2014) Presidente do Conselho Científico da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa.

(2015/ -) Diretor da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa.

Participação em trabalhos legislativos:

a) A solicitação do Ministério da Segurança Social e do Trabalho, participou na alteração à legislação do trabalho, coordenando os trabalhos de revisão da legislação laboral, que deram origem ao Código do Trabalho, entre maio de 2002 e julho de 2003;

b) A solicitação do Ministério das Finanças e da Administração Pública participou nos trabalhos de revisão do regime do contrato de seguro, coordenando a comissão que elaborou o projeto de regime jurídico do contrato de seguro, aprovado em Conselho de Ministros no dia 24 de janeiro e promulgado no dia 7 de abril de 2008, Decreto-Lei n.º 72/2008, de 16 de abril, que entrou em vigor a 1 de janeiro de 2009.

Trabalhos publicados (algumas monografias):

Direito Civil, Direito Comercial e Direito do Trabalho

1. O Subcontrato, Almedina, Coimbra, 1989 (211 págs.);

2. Cumprimento Defeituoso em especial na Compra e Venda e na Empreitada, Lisboa, 1992 (=) Almedina, Coimbra, 1994 (643 págs.), reimpressão, Almedina, Coimbra, 2001 (602 págs.);

3. Contrato de Empreitada, Almedina, Coimbra, 1994 (251 págs.);

4. Garantias de Cumprimento (em coautoria), 1.ª edição, Almedina, Coimbra, 1994 (121 págs.);

- Garantias de Cumprimento (em coautoria), 2.ª edição, Almedina, Coimbra, 1997 (183 págs.);

- Garantias de Cumprimento (em coautoria), 3.ª edição, Almedina, Coimbra, 2002 (250 págs.);

- Garantias de Cumprimento (em coautoria), 4.ª edição, Almedina, Coimbra, 2003 (283 págs.);

- Garantias de Cumprimento (em coautoria), 5.ª edição, Almedina, Coimbra, 2006 (306 págs.);

5. Empreitada de Obras Públicas. Comentário ao Decreto-Lei n.º 405/93, de 10 de dezembro (em coautoria), Almedina, Coimbra, 1995 (373 págs.);

6. Contratos em Especial, 1.ª edição, Universidade Católica Editora, Lisboa, 1995 (164 págs.);

- Contratos em Especial, 2.ª edição, Universidade Católica Editora, Lisboa, 1996 (359 págs.);

7. Direito das Obrigações (Parte Especial). Contratos. Compra e Venda. Locação. Empreitada, 1.ª edição, Almedina, Coimbra, 2000 (478 págs.);

- Direito das Obrigações (Parte Especial). Contratos. Compra e Venda. Locação. Empreitada, 2.^a edição, Almedina, Coimbra, 2001, 1.^a reimpressão, Almedina, Coimbra, 2003, 2.^a reimpressão, Almedina, Coimbra, 2005, 3.^a reimpressão, Almedina, Coimbra, 2008 (523 págs.);
- 8. Contratos Comerciais. Apontamentos, Principia, Cascais, 2001, reimpressão, Principia, Cascais, 2003 (127 págs.);
- 9. Direito do Trabalho, Almedina, Coimbra, 2002 (1175 págs.);
 - Direito do Trabalho, reimpressão, Almedina, Coimbra, 2004 (1175 págs.);
 - Direito do Trabalho, 2.^a edição, Almedina, Coimbra, 2005 (1267 págs.);
 - Direito do Trabalho, 3.^a edição, Almedina, Coimbra, 2006 (1290 págs.);
 - Direito do Trabalho, 4.^a edição, Almedina, Coimbra, 2007 (1330 págs.);
 - Direito do Trabalho, 5.^a edição, Almedina, Coimbra, 2010 (1424 págs.);
 - Direito do Trabalho, 6.^a edição, Almedina, Coimbra, 2013 (1239 págs.);
 - Direito do Trabalho, 7.^a edição, Almedina, Coimbra, 2015 (1330 págs.);
- 10. Direito das Obrigações. Apontamentos, 1.^a edição, AAFDL, Lisboa, 2003 (285 págs.);
 - Direito das Obrigações. Apontamentos, 2.^a edição, AAFDL, Lisboa, 2004 (327 págs.);
 - Direito das Obrigações. Apontamentos, 3.^a edição, AAFDL, Lisboa, 2011 (400 págs.);
 - Direito das Obrigações. Apontamentos, 4.^a edição, AAFDL, Lisboa, 2014 (407 págs.);
- 11. Código do Trabalho Anotado (em co-autoria), 1.^a edição, Almedina, Coimbra, 2003 (932 págs.);
 - Código do Trabalho Anotado (em co-autoria), 2.^a edição, Almedina, Coimbra, 2004, reimpressão, Almedina, Coimbra, 2004 (938 págs.);
 - Código do Trabalho Anotado (em co-autoria), 3.^a edição, Almedina, Coimbra, 2004 (1206 págs.);
 - Código do Trabalho Anotado (em co-autoria), 4.^a edição, Almedina, Coimbra, 2005, reimpressão, Almedina, Coimbra, 2006 (1226 págs.);
 - Código do Trabalho Anotado (em co-autoria), 5.^a edição, Almedina, Coimbra, 2007 (1282 págs.);
 - Código do Trabalho Anotado (em co-autoria), 6.^a edição, Almedina, Coimbra, 2008 (1336 págs.);
 - Código do Trabalho Anotado (em co-autoria), 7.^a edição, Almedina, Coimbra, 2009 (1160 págs.);
 - Código do Trabalho Anotado (em co-autoria), 8.^a edição, Almedina, Coimbra, 2009 (1336 págs.);
 - Código do Trabalho Anotado (em co-autoria), 9.^a edição, Almedina, Coimbra, 2012 (1220 págs.);
 - Código do Trabalho Anotado (em co-autoria), 10.^a edição, Almedina, Coimbra, 2016 (no prelo);
- 12. Da Cessação do Contrato, Almedina, Coimbra, 2005 (687 págs.);
 - Da Cessação do Contrato, 2.^a edição, Almedina, Coimbra, 2006 (690 págs.);
 - Da Cessação do Contrato, 3.^a edição, Almedina, Coimbra, 2015 (690 págs.);
- 13. Direito dos Seguros. Apontamentos, Principia, Cascais, 2006 (646 págs.);
- 14. Lei do Contrato de Seguro Anotada (em co-autoria), Almedina, Coimbra, 2009 (532 págs.);
 - Lei do Contrato de Seguro Anotada (em co-autoria), 2.^a edição, Almedina, Coimbra, 2011 (625 págs.);

- Lei do Contrato de Seguro Anotada (em co-autoria), 3.^a edição, Almedina, Coimbra, 2016 (no prelo).

3.2. Vogal Efetivo – Dra. Ana Alexandra Filipe Freitas

Data de Nascimento: 30 de junho de 1970.

Habilitações Académicas:

Curso de formação qualificante em Mercados Financeiros, do Instituto de Formação Bancária.
Licenciatura em Economia pela Faculdade de Economia da Universidade Nova de Lisboa.

Atividade Profissional:

Chefe da Divisão de Garantias e Empréstimos da Direcção-Geral do Tesouro e Finanças, Ministério das Finanças, desde 1 de agosto de 2014;

Membro do Conselho Consultivo do FINOVA — Fundo de Apoio ao Financiamento e à Inovação, em representação da Direcção-Geral do Tesouro e Finanças, desde novembro de 2011;

Vogal do Conselho Fiscal da Sociedade de Transportes Colectivos do Porto, S.A. desde abril de 2008;

Secretária da Mesa da Assembleia-Geral do Hospital de Egas Moniz, S.A., de dezembro de 2002 até maio de 2005;

Técnica Superior na Divisão de Garantias e Empréstimos da Direcção-Geral do Tesouro e Finanças, Ministério das Finanças, quadro que integra desde junho de 1994.

3.3. Vogal Efetivo – Dr. Paulo Jorge Rodrigues Mateus

Data de Nascimento: 30 de agosto de 1971

Habilitações Académicas

Licenciatura em Contabilidade e Administração – Ramo: Administração Pública pelo Instituto de Contabilidade e Administração de Lisboa, 2004.

Bacharelato em Contabilidade e Administração pelo Instituto de Contabilidade e Administração de Lisboa, 2001.

Atividade Profissional:

Técnico Superior da Direcção-Geral do Tesouro e Finanças, a exercer funções na Direcção de Serviços de Participações do Estado - Divisão de Análise e Acompanhamento, consubstanciadas no acompanhamento de entidades e empresas em que o Estado intervém como tutela financeira, acionista e na efetivação das operações associadas a essa intervenção, desde março de 2013.

Vogal do Conselho Fiscal da Sociedade de Transportes Colectivos do Porto, S.A., desde junho de 2014.

Técnico Superior da Direcção-Geral do Tesouro e Finanças, a exercer funções na Direcção de Serviços de Gestão de Recursos - Divisão de Gestão de Recursos Humanos e Financeiros, com responsabilidades na área da Gestão Orçamental, Contabilidade e Prestação de Contas, entre agosto de 2010 e fevereiro de 2013.

Técnico Superior da Direcção Regional de Agricultura e Pescas de Lisboa e Vale do Tejo, a exercer funções na Direcção de Serviços de Gestão de Recursos - Divisão de Gestão Financeira, entre março de 2005 e julho de 2010.

Outras funções desempenhadas:

Nomeado representante do Estado em diversas Assembleias Gerais de empresas do Setor Empresarial do Estado.

3.4 Vogal Suplente - Dr. Dino Jorge Ramos dos Santos

Data de Nascimento: 20 de agosto de 1961

Habilitações Académicas:

Licenciado em Economia, pela Faculdade de Economia da Universidade Nova de Lisboa, em 1986.

Atividade Profissional:

Desde outubro de 2013 – Chefe de Divisão de Liquidações e Regularizações da Direcção-Geral do Tesouro e Finanças (DGTF).

Novembro de 2000 a outubro 2013 – Chefe de Divisão de Recuperação de Créditos da Direcção-Geral do Tesouro e Finanças (DGTF).

Maior de 2000 a novembro 2000 - Chefe de Divisão da Cooperação Industrial da Direcção-Geral da Indústria (DGI).

Setembro 1997 a maio 2000 – Técnico Superior do Tesouro tendo exercido funções nas áreas da DGT de Cooperação Financeira Internacional e Recuperação de Créditos.

Dezembro 1993 a setembro 1997 – Técnico Superior na DGI tendo exercido funções nas áreas da Cooperação Industrial e da Competitividade Industrial.

Dezembro 1991 a dezembro 1993 – Coordenação da Equipa de Projecto “Activos Financeiros – conta CEROT”.

Novembro de 1986 a dezembro 1991 – Técnico Superior tendo exercido funções nas áreas da DGT de Recuperação de Créditos, Bonificações e Garantias do Estado.

Outras funções e atividades desempenhadas:

Desde abril de 2008 – Vogal do Conselho Fiscal da Administração do Porto de Sines, S.A..

Maior de 2000 a novembro 2000 – Representante do Ministério da Indústria e Energia no “Comité Art.4” da Comissão Europeia.

Julho 1989 a dezembro 1993 – Membro da Comissão de Fiscalização da empresa “Empreendimentos Urbanos e Turismo, SA”.

Formação Profissional Especializada:

Curso “FORGEP – Programa de Formação em Gestão Pública” (Instituto Nacional de Administração), terminado em março 2006.

Curso “Fiscalidade nas Empresas” (Instituto Superior de Gestão), terminado em dezembro 1999.

4. Revisor Oficial de Contas

Baker Tilly, PG & Associados, SROC, S.A., representada pelo sócio:

Fernando Manuel de Sousa Pires de Matos, ROC nº 757

Data de Nascimento: 20 de abril de 1962

Habilitações Académicas:

Licenciatura em Economia, concluída em julho de 1985, pela Faculdade de Economia do Porto, com classificação de 15 valores.

Prémio Doutor José António Sarmento pela melhor classificação na disciplina Teoria Geral da Contabilidade.

Outras Habilitações:

Revisor Oficial de Contas inscrito na Ordem dos Revisores Oficiais de Contas com o nº 757, em 18 de março de 1991.

Atividade Profissional:

De 1 de setembro de 1985 a 30 de setembro de 2005 – docente no ISAG – Instituto Superior de Administração e Gestão, tendo a categoria de professor adjunto desde 1993. Responsável pela cadeira de Contabilidade Geral.

De 1 de outubro de 1985 a 30 de setembro de 1986 – docente na Universidade Livre.

De 1 de janeiro de 1986 a 30 de setembro de 1986 – técnico superior na Direção de Estudos do Banco Português do Atlântico.

De 1 de outubro de 1986 a 30 de junho de 1988 - técnico superior nas Direções Operacionais do Porto e do Norte do Banco Nacional Ultramarino.

De 1 de outubro de 1986 a 30 de setembro de 2000 – docente na Universidade Portucalense Infante D. Henrique, tendo a categoria de professor auxiliar convidado desde 1995. Regente da cadeira de Cálculo Financeiro.

Desde 1 de março de 1991 – Revisor Oficial de Contas de empresas industriais, comerciais e de serviços e de entidades do setor não lucrativo.